A QUESTIONADA JUSTIÇA DO TRABALHO

ARNALDO SÜSSEKIND*

É notório que se questiona, presentemente, a eficácia e a própria validade da Justiça do Trabalho, na dissonante orquestração dos que pretendem o enfraquecimento do Poder Judiciário e dos que advogam a desregulamentação do Direito do Trabalho.

Essa desregulamentação — e não a justificável flexibilização de algumas normas, sob tutela sindical, para atender a peculiaridades regionais, empresariais ou profissionais — tem por alvo a prevalência da autonomia privada, individual e coletiva, na estipulação das condições de trabalho. Seria a volta ao *laissez faire*.

A autonomia privada coletiva só tem tido razoável êxito nos países em que a organização sindical é capaz de obter, pelos instrumentos da negociação coletiva, adequadas condições de trabalho.

O Brasil, com quase setenta anos de proteção legal aos trabalhadores e tradição jurídica romano-germânica do direito escrito, ainda é um país desigualmente desenvolvido, com sindicatos expressivos apenas em algumas regiões e categorias, razão porque torna-se imprescindível um ordenamento legal constituído de normas gerais indisponíveis, abaixo das quais não se concebe a dignidade do ser humano, que é um dos fundamentos do Estado democrático de direito (Art. 1º, III, da Constituição). Acima desse nível intransacionável é que devem atuar os acordos e convenções coletivas de trabalho, o regulamento de empresa e o próprio contrato individual do trabalho.

É imperioso considerar, demais disto, que funciona em nosso País uma jurisdição especializada para a solução dos litígios trabalhistas, competente para restaurar ou compensar a eventual violação de direitos e rever condições de trabalho que se tornaram injustas ou inadequadas. A extinção dessa Justiça seria o paraíso para os maus empregadores, cuja conduta já enseja mais de um milhão de reclamações por ano. A legislação pertinente deve ser revista, com ênfase para a criação de órgãos de conciliação e mediação; nunca, porém, revogada.

A Justiça do Trabalho foi instalada a 1º de maio de 1941, vinculada, administrativamente, ao Ministério do Trabalho, Indústria Comércio. A Constituição de 1946

* Ministro aposentado do TST e titular da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.

integrou os seus órgãos no Poder Judiciário, com a competência de instituir ou rever condições de trabalho nos processos de dissídios coletivos, isto é, com o chamado “poder normativo”, que, no dizer do internacionalmente conceituado Plá Rodriguez, nada mais é do que uma forma de arbitragem compulsória institucionalizada num tribunal (“A solução dos conflitos trabalhistas”, SP, trad. de Wagner Giglio, p. 25).

As constituições de 1967/69 e 1988 mantiveram a competência da Justiça do Trabalho, inclusive para os dissídios coletivos, sendo que a vigente facultou às partes conflitantes escolherem, por consenso, a via da arbitragem.

Apesar do gigantismo da organização judiciária do trabalho, composta de 1.092 Juntas de Conciliação e Julgamento, 24 Tribunais Regionais e o Tribunal Superior do Trabalho, os processos que percorrem os três graus de jurisdição consomem, em média, seis anos para o trânsito em julgado da decisão. E não há recursos financeiros nem humanos para ampliá-la, sendo certo que cerca de dois mil cargos de Juízes estão vagos nas diferentes jurisdições, porque, salvo honrosas exceções, os baixos vencimentos, em contraste com o excesso de trabalho, não motivam os mais capazes para o ingresso na magistratura. No último concurso para Juiz do Trabalho, terminado em fevereiro deste ano, foram aprovadas somente duas candidatas para quarenta e nove vagas então existentes no Estado do Rio de Janeiro.

O retardamento da solução das ações trabalhistas — e a Justiça do Trabalho não é a mais lenta — pode ser explicado pelo impressionante crescimento do número de processos nela ajuizado: a) década de 60 — 3.333.214; b) década de 70 — 4.827.884; c) década de 80 — 8.911.179; d) 1990 a 1998 — 15.473.880. Só em 1998, a Justiça do Trabalho recebeu 2.349.419 ações e solucionou 2.233.912.

O Tribunal Superior do Trabalho, a quem cabe uniformizar a jurisprudência e orientar as decisões normativas, impedindo que a mesma norma jurídica seja aplicada diferentemente em cada Estado, julgou em 1998 mais de 112 mil processos, isto é, cada uma das suas cinco turmas, constituídas de cinco ministros, julgou 22.400 processos, o que totaliza, excluídos períodos de férias, mais de 400 processos por mês para cada Ministro. Será possível exigir-se mais?

Diversas são as causas da hipertrofia da Justiça do Trabalho:

- 1ª) desemprego crescente (7,71%, atualmente) e alta rotatividade da mão-de-obra. Quase todos os trabalhadores despedidos têm algo a reclamar;
- 2ª) — extensão da legislação do trabalho aos rurais e domésticos;
- 3ª) — excesso de empregados não registrados;
- 4ª) abuso de contratos simulados (terceirização e cooperativas com os prestadores de serviço trabalhando sob o poder de comando da empresa contratante), visando a encobrir verdadeiras relações de emprego;
- 5ª) falta de procedimentos prévios de conciliação e mediação para os litígios individuais e coletivos de trabalho;
- 6ª) cultura desfavorável à mediação e à arbitragem dos conflitos coletivos, que não se altera em virtude da facilidade na instauração da instância judiciária;
- 7ª) complexas regras processuais, com demasiados recursos e depósito insuficiente para o empregador recorrer;

8º) excesso de leis e medidas provisórias inovando ou modificando substancialmente o ordenamento legal, muitas vezes com afronta ao bom Direito.

O ideal seria a remoção de todas as concausas. Duas delas, no entanto, poderiam ser focalizadas desde logo; uma por lei, outra por emenda constitucional.

Os litígios individuais, em sua maioria, poderão ser resolvidos no âmbito empresarial, por acordo mediado por comissões paritárias de conciliação, obrigatoriamente criadas nos estabelecimentos de médio ou grande porte. Por seu turno, convenções coletivas firmadas por sindicatos patronais e de trabalhadores instituiriam tais comissões para a mediação dos litígios relativos aos estabelecimentos de menos de 60 empregados. Esses órgãos, que não têm competência para julgar, funcionam exitosamente em diversos países, inclusive nos inúmeros que possuem tribunais de trabalho, como pré-fase obrigatória da distribuição da ação judicial. O professor Klaus Adomeid, catedrático de Direito do Trabalho na Universidade de Berlim, informou-me que mais de dois terços dos casos são resolvidos, por acordo ou desistência, por essas comissões, reduzindo, assim, o número de ações ajuizadas nos tribunais de trabalho da Alemanha, cuja organização, com os três graus de jurisdição, é similar da nossa Justiça do Trabalho.

Em 1982 a Academia Nacional de Direito do Trabalho encarregou-me, juntamente com os saudosos juristas Segadas Vianna e Haddock Lobo, de redigir anteprojeto de lei nesse sentido, cujo texto foi encaminhado ao Congresso Nacional e ao Ministro do Trabalho. Em nenhum desses órgãos foi considerado, apesar das manifestações favoráveis do Fórum Brasileiro da Justiça do Trabalho (Gramado, 1984) e do Seminário de Direito Constitucional do Trabalho (São Paulo, 1992). Em 1994, o ilustre Ministro Marcelo Pimentel promoveu o encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional, baseado no texto elaborado pela referida Academia; mas ampliou e formalizou demasiadamente o procedimento, que deve ser simples e o mais informal possível. Por isso mesmo, resolvi atualizar o anteprojeto da Academia e o apresentei à Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho, que o aprovou por unanimidade e encaminhou, sem sucesso, ao Ministro Paulo Paiva. Afinal, o Presidente Fernando Henrique Cardoso submeteu ao Congresso Nacional projeto similar, que não reduzirá, como se pretende, o volume de processos na Justiça do Trabalho, porquanto determina a homologação dos acordos pelo Juiz do Trabalho, ao invés de respeitar o ajuste firmado sob a supervisão da Comissão Paritária de Conciliação.

Pelo referido anteprojeto da Academia, seria obrigatório o funcionamento de uma comissão paritária de conciliação nas empresas cujos estabelecimentos totalizassem, no mesmo Município, mais de 60 empregados. Essas comissões teriam um membro designado pelo empregador e um eleito pelos empregados. Dois seriam os representantes de cada classe quando houvesse mais de 120 empregados. Haveria um suplente para cada membro da comissão, assegurado aos empregados eleitos o direito à estabilidade no emprego, para assegurar-lhes independência no desempenho dos mandatos, fixados em três anos. As comissões teriam o prazo improrrogável de quinze dias para intentarem a conciliação em procedimento absolutamente informal. Obtida a conciliação, o respectivo termo, firmado perante a comissão, valeria como transação extrajudicial, quitando todos os direitos dele constantes. Se não cumprido

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

O Direito do Consumidor na Era da Globalização

Sônia Maria Vieira de Mello

Neste livro, a autora expõe como o consumidor, diante desta era de produção global, de economia de mercado está consideravelmente vulnerável diante das práticas perpetuadas pelos fornecedores de bens e serviços, muito mais bem informados, fundamentados e assessorados, para os embates mercadológicos.

Ref. 0180
Form. 14x21

Brochura
1998

172 págs.

O Ministério Público Brasileiro

João Francisco Saruven Filho

Desde a retrospectiva histórica até a análise das características da instituição na atualidade, a tese mantém sempre acentuado espírito crítico e a preocupação de ser não meramente um trabalho informativo, mas uma avaliação do papel desempenhado pelo Ministério Público no contexto das demais instituições políticas em todas as épocas. A atualidade da instituição é examinada à luz dos documentos mais expressivos da própria consciência da classe, como a Carta de Curitiba, as teses aprovadas no VIº Congresso Nacional do Ministério Público e as respostas ao questionário elaborado pela CONAMP.

Ref. 0200
Form. 13,5x21

Brochura
1999

276 págs.